

CNG da Fasubra indica Dia de Luta dos Servidores Públicos Federais

Depois de se reunir nessa quinta-feira (17), o Comando Nacional de Greve (CNG) da Fasubra deliberou a realização do Dia de Luta dos Servidores Públicos Federais, em 23 de setembro, quarta-feira.

As ações serão realizadas em todos os estados, com o objetivo de repudiar o pacote de cortes do governo federal, que reduz investimentos em áreas sociais, aumenta impostos e impõe aos servidores públicos federais um arrocho salarial ainda maior. O Dia de Luta dos Servidores Públicos Federais também será realizado por outros setores do funcionalismo federal.

Durante a reunião, o Comando também encaminhou o envio de documento ao governo solicitando esclarecimentos sobre os ofícios em resposta à pauta de reivindicação dos técnico-administrativos.

As assembleias de base serão realizadas nos dias 22 e 23 de setembro. Na UnB, a assembleia será realizada na terça-feira, dia 22, às 9h, na Praça Chico Mendes. Na ocasião, será discutida a dinâmica do Dia de Luta dos Servidores Públicos Federais.

De acordo com a Fasubra, no dia 24 de setembro está programada reunião entre governo e federação.

Governo confirma reajuste só em agosto de 2016

Veículos de comunicação noticiaram nessa quinta-feira (17) a possibilidade de o governo recuar quanto ao anúncio de postergar para agosto de 2016 o pagamento da primeira parcela do reajuste proposto aos servidores federais. Segundo os veículos, o pagamento seria feito em abril. Entretanto, a

Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do Ministério do Planejamento encaminhou minuta de termo de acordo à Condsef – confederação que representa servidores do Executivo federal – formalizando agosto de 2016 como o mês oficial para aplicar o aumento de 5,5% nos vencimentos dos servidores.

O prazo para o pagamento da primeira parcela do reajuste salarial, firmado e acatado pela maioria dos servidores antes do anúncio que afetou em cheio a categoria, era 1º de janeiro de 2016. Além de adiar o pagamento do reajuste salarial, nos cortes anunciados pelo governo ainda estão a suspensão de concursos públicos e o fim do abono de permanência, que pode retirar mais de 100 mil servidores da ativa em condições de se aposentar, mas que permanecem trabalhando com incentivo de deixar de pagar 11% de contribuição previdenciária imposta aos aposentados.

Somados, os efeitos do anúncio do novo pacote de ajustes do governo gerou uma onda de reações negativas entre os servidores federais.

Com informações da Fasubra e da Condsef